**DMA PSICOPEDAGOGIA**

**DEJANE MASCARENHAS ARAUJO**

**SANDRA MARIA SOUZA**

**A PSICOPEDAGOGIA**

**SANTOS – SP**

**2013**

# psicopedagogia

 **Breve Histórico**

Por se tratar de um curso de Psicopedagogia, considera-se uma oportunidade subjetiva ímpar para estudar acerca da história dessa ciência que, além de se constituir em campo de conhecimento e atuação da área da Saúde e da Educação, lida com o processo de aprendizagem humana, seus padrões normais e patológicos, considerando a influência do meio, como família, escola e sociedade, no desenvolvimento do indivíduo, utilizando procedimentos próprios.

A psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda – o problema de aprendizagem, colocando num território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da própria Pedagogia – e evolui devido á existência de recursos, ainda que embrionários, para atender essa demanda, constituindo-se, assim, numa prática. (Bossa, 2000 p.21)

A Psicopedagogia vem criando identidade e campo de atuação próprios, que estão sendo organizados e estruturados especialmente pela Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPP).

KIGUEL (1987, P.25) ressalta que a psicopedagogia encontra-se em fase de organização de um corpo teórico específico, visando á integração das ciências pedagógicas, psicológicas, fonoaudiológicas, neuropsicológicas e psicolinguísticas para uma compreensão mais integradora do fenômeno da aprendizagem humana.

O objeto do estudo deste campo do conhecimento é a aprendizagem humana e seus padrões evolutivos normais e patológicos.

É necessário comentar que a Psicopedagogia é comumente conhecida como aquela que atende crianças com dificuldades de aprendizagem. É notório o fato de que as dificuldades, distúrbios ou patologias podem aparecer em qualquer momento da vida e, portanto, a Psicopedagogia não faz distinção de idade ou sexo para o atendimento.

Retomar historicamente o surgimento da Psicopedagogia nos ajuda a perceber o processo percorrido para a constituição do saber, bem como, visualizar mais amplamente a sua inserção no contexto histórico atual, possibilitando perceber com clareza e criticidade suas concepções diferenciadas e muitas vezes antagônicas, presentes nos dias de hoje.

Embora seja claro o motivo da origem da Psicopedagogia, não existe marco ou momento histórico preciso que aponte o seu nascimento, haja vista que os problemas educacionais sempre existiram na história social da humanidade.

A Psicopedagogia tem suas bases alicerçadas em diversos movimentos surgidos ainda no século passado, na Europa, através da produção de filósofos, médicos e educadores que nortearam suas discussões a partir de uma preocupação com o homem em geral, acentuando uma visão humanista e romântica. Através da busca de compreender o que é essencial ao homem vai buscar um renovado olhar sobre a infância, desenvolvendo a partir delas várias pesquisas e trabalhos.

Deste período, destacamos primeiramente a obra de Rousseau (1999), no século XVIII, que por meio do seu livro EMILIO, propõe uma educação mais livre e menos condicionada, apontando elementos para a construção de um novo conceito da infância.

Pestalozzi, seguidor de Rousseau, destacou-se pela relevância que dava a intuição e o vínculo do professor com os alunos. Seu trabalho com crianças pobres o levou a fundar na Suíça um centro de educação para crianças pobres que estimulava a percepção e utilizava o método intuitivo natural.

A primeira escola para crianças com deficiência mental surge no final do século XIX fundada por Séguin na França com acentuada preocupação com a reeducação.

Maria Montessori, século XIX, psiquiatra criou na Itália o método sensorial para atender crianças mentalmente deficientes priorizando a estimulação dos órgãos dos sentidos.

No início do século XIX, o governo francês solicitou a padronização de testes que pudessem predizer o desempenho escolar de crianças bem e mal sucedidas.

Na década de 60, tal ciência era considerada fronteira entre a Psicanálise, Psicologia e a Medicina. Foi uma tentativa de resolver os problemas de fracasso escolar, com a articulação dos conhecimentos dessas áreas.

O seu objeto de estudo eram os distúrbios de aprendizagem, apontando uma orientação organicista e linear, com a preocupação de caracterizar as dificuldades como patologias e as crianças portadoras de disfunções psiconeurológicas ou psicológicas.

Dos tempos primórdios da ciência estudada é possível encontrar documentos de Janine Mery (1985), apresentando considerações sobre o termo Psicopedagogia Curativa, termo utilizado para a definição da ação terapêutica sobre as crianças que experimentavam dificuldade ou lentidão, em relação aos colegas e ás aquisições escolares. Lá se encontram, também, os trabalhos de George Mauco (1959), fundador do primeiro centro médico-psicopedagógico na França.

Nessa época era comum, no meio escolar, as identificações dos problemas como as Disfunções Cerebrais Mínimas (DCM). Essa visão, junto à escola e a família, eram provenientes de consultórios, médicos, que procuravam medicalizar os problemas escolares.

Também apoiada em testes e exames e procurava encaminhar as crianças com problemas escolares à neurologistas, psicólogos e educadores. A criança passou a ser vista como doente, e pouco se fazia no investimento de sua aprendizagem, do seu desenvolvimento e da sua saúde.

Por conta de inúmeras críticas da compreensão de que as concepções vigentes dessa época nada ajudaram para inverter o quadro de fracasso escolar, surge o segundo momento, nas décadas de 70/80 com a consciência de que a preocupação psicopedagógica deveria voltar-se para o processo de aprendizagem. Já não bastava apenas a colaboração das áreas da psicologia e da pedagogia.

Começa, então, a ser solicitado o conhecimento de outras áreas, como psicanálise, linguística, psiconeurologia, sociologia, antropologia, assim como os fundamentos da sociologia e da filosofia.

A sua identidade estava sofrendo uma profunda transformação de uma fronteira mal definida, com a junção de suas áreas de conhecimento. Começa a criar um espaço próprio e um trabalho específico.

Hoje, ela não pode sobreviver sem a colaboração de outras diversas áreas, contudo não é mais apenas a aplicação de pesquisas e estudos da Psicologia a Pedagogia.

A preocupação com os processos de aprendizagem humana deve considerar os padrões evolutivos normais e patológicos, a influência do meio (família, escola e sociedade), e a concepção de que participa desses processos um equipamento biológico que interfere na forma de relação do sujeito com o meio, assim como é influenciado pelas condições sócio-culturais desse meio.

Com isso, pode-se constatar a sua complexidade e a necessidade de conhecimento da varias áreas.

O terceiro momento indica para uma concepção decorrente das duas primeiras. A preocupação, aqui não é apenas com o processo de aprendizagem, mas com o ser em processo de construção do conhecimento.

 **Psicopedagogia no Brasil**

Por volta dos anos 60, a educação brasileira demonstra crescente preocupação com as questões de aprendizagem, fracasso escolar e evasão, frutos de um sistema educacional elitista que se organiza a partir de modelos americanos de ensino, apresentando seu currículo de forma fragmentada não levando em conta a cultura local e o saber popular.

Paulo Freire, que já se constitui neste período, como crítico da educação tradicional nos alerta:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão-absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual se encontra sempre no outro*.* (Freire, 1970, p.58).

Uma educação “bancária” com toda a sua característica de alienação e exclusão somente poderia gerar como consequência um número acentuado de reprovações. Contraditoriamente a estes procedimentos hegemônicos vemos surgir movimentos em todo território nacional, de educadores preocupados com uma práxis mais dialogal e libertária. Assim como outras ciências se abrem para o mesmo movimento. Paulo Freire (1967), educador sensível e comprometido com as lutas do povo sofrido, denomina este movimento que emerge por dentro da educação, de uma educação libertadora.

Não podemos afirmar que já nos primórdios da constituição da Psicopedagogia no Brasil, esta compreensão crítica da educação já se constituísse com toda esta certeza, porém o que nos parece evidente é que as mesmas circunstâncias criticadas acima geraram a necessidade de alternativas, que chegou inicialmente com uma percepção organicista, proposta por médicos e psicólogos.

Na percepção organicista, com marcada conotação patologizante, os alunos eram vistos como portadores de distúrbios e disfunções psiconeurológicas, mentais e/ou psicológicas. O tratamento era feito através de medicamentos (afazias, disgrafias, discalculias e dislexia – distúrbios de aprendizagem etc.).

A partir dos anos 80, emerge uma visão mais ampla do processo de aprendizagem, levando-se em conta os aspectos sociológicos e culturais, bem como uma crescente análise crítica do processo educativo na instituição escolar.

Crescem os cursos e encontros para reflexão e trocas de experiências sobre problemas de aprendizagem, organizados pela Associação Brasileira de Psicopedagogia, já atuantes nesse período. Mas é em 1984, que se desenvolve um encontro com o objetivo de abordar não só as questões terapêuticas, mas também ações preventivas, apontando a necessidade de melhorar as práticas pedagógicas.

Em 1988, a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) se organiza através de diferentes núcleos em todo o país.

Com a crescente leitura crítica da instituição escolar, cresce também a busca de alternativas pedagógicas para a superação dos problemas educativos.

A Psicopedagogia passa a preocupar-se com uma ação preventiva e a estreitar seus laços com a Instituição Escolar ampliando sua percepção dos problemas educativos e consequentemente sendo levada a aprofundar seu campo de estudos.

Com a contribuição que vem da Argentina, mais especialmente das autorias de Sara Pain e Alicia Fernández, os rumos da Psicopedagogia Brasileira ganham novo estímulo, que conforme Fernández (1991,p.34) a aprendizagem é entendida como:

A articulação entre inteligência, desejo, corpo e organismo, possibilitando uma abordagem do fenômeno aprender como profundamente articulado como o ser inteiro. O sujeito é percebido como um todo articulado e indissociável, transcendendo, portanto, a visão racionalista do ser humano*.* (Fernández, 1991:34)

Atualmente o desafio da Psicopedagogia se coloca em constituir-se criticamente, lendo e percebendo o mundo a luz do seu referencial teórico, que se amplia, na medida em que a psicopedagogia dialoga com as demais ciências, buscando com profundidade seu foco de ação.

Alguns autores, ao discutirem esta concepção de subordinação de área do conhecimento, argumentam que esta ideia é reforçada pelo fato dos grandes pesquisadores e teóricos da educação serem profissionais de outras áreas de conhecimento.

O fato de a pedagogia ser discutida por especialistas de outras áreas, que tem um contado tão direto com a prática educativa, acaba não trazendo uma credibilidade científica para a mesma.

Parece ter surgido daí a necessidade do campo de pesquisa a atuação pscicopedagógica.

O termo Psicopedagogia evidencia a interdisciplinaridade das duas áreas de conhecimento e não a subordinação de uma delas.

É preciso compreender, também que a Psicopedagogia depende do conhecimento de várias áreas, além da psicologia. Portando, ela deixa de ser interdisciplinar, para uma área de pesquisa e atuação multidisciplinar.

Quando se entende que o fenômeno da aprendizagem é complexo e as dificuldades dele decorrentes também não são exemplos, surge, então, a conotação de transdisciplinaridade. O Termo “trans” refere-se ao movimento para além de, ou seja, um movimento para além da soma de disciplina envolvendo a teoria e a prática.

**Referências Bibliográficas**

AJURIAGUERRA, J.**Manual de Psiquiatria Infantil.** 2. ed. Rio deJaneiro: Masson do Brasil, 1970

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artes Médicas Sul, 2000.BRASIL.

**Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional,1988.

Brasil. Conselho Nacional de Educação - **Câmara de Educação Básica** ­Resolução CNE/CNB n.2 de 11 de setembro de 2001 - Brasília.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.13

\_\_\_\_\_\_\_\_.  **Lei de Diretrizes e Bases da Educação(Lei 9.394/96)**.Congresso Nacional. Brasília, Centro Gráfico,1996.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério de Educação - **Secretaria de Educação Especial ­POLÍTICA NACIONAl DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**, Brasília MEC - SEEDSP 1994.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 3. nº5, 7-25, 1999.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memnon, 2004.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A Inteligência Aprisionada**. Porto Alegre, ArtMed, 1991.

FREIRE, Paulo.**Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio Janeiro, Paz e Terra: 1ª Ed. 1970

FREITAS, Tânia Maria de Campos. **Tratamento psicopedagógico do jovem disléxico**. Acesso em: 05 dedezembro de 2011. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br>.

GLAT & FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. **Revista Inclusão**: MEC / SEESP, vol. 1, nº 1, p. 35-39, 2005.

\_\_\_\_\_\_\_. & NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, vol. 24, ano 14, Brasília: MEC/SEESP, p.22-27, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_. & PLETSCH, M. D. O papel da universidade frente às políticas públicas para Educação Inclusiva. **Revista Benjamim Constant**, ano 10, nº 29.

 HOUT, Anne Van, ESTIENNE, Françoise. **Dislexias: descrição, avaliação, explicação e tratamento**. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KIGUEL, Sonia Moojen. Reabilitação em Neurologia e Psiquiatria Infantil – Aspectos Psicopedagógicos. Congresso Brasileiro de Neurologia e Psiquiatria Infantil – **A Criança e o Adolescente da Década de 80**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Abenepe, vol. 2, 1983.

LOPES, João A. **Conceptualização, avaliação e intervenção nas dificuldades de aprendizagem: A sofisticada arquitectura de um equívoco**. Psiquilibrios, 2010.

MARTINS, Vicente. A dislexia em sala de aula. In PINTO, Maria Alice Leite. (Org.). **Psicopedagogia: diversas faces, múltiplos olhares**. São Paulo: Olho d"áGUA, 2003.

MAUCO, George. **Psicanálise e Educação**. (?): Editora  Moraes, 1959.

MERY, Janine. **Pedagogia curativa escolar e psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

NICO, Maria Ângela N. (2005). **Dislexia**. Disponível em http://www.dislexia.org.br. Acesso em 02/01/2012.

RICHARDSON, J. & Wydell, T. (2003). The representation and attainment of students with dyslexia in **UK higher education**. Reading and Writing: An Interdisciplinary Journal, 16, 475-503.

ROUSSEAU, J.J. Emílio, ou Da educação. Trad. Roberto Leal Ferreira. SãoPaulo: Martins Fontes, 1999.

SÁNCHEZ, Jesus-Nicásio García.**Dificuldades de aprendizagem e intervenção Psicopedagógica**. trad. Ernani Rosa. – Porto Alegre: Artmed,2004.

SOUZA, Iracy Sá de. Psicologia: **A aprendizagem e seus problemas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

VENTURA, LO; TRAVASSOS, SB; DA SILVA, OA; DOLAN, MA. **Dislexia e Distúrbios de Aprendizagem**. Rio de Janeiro, Cultura Médica, Cap.18 p.159-174, 2011.

ZENTI, Luciana. A arte de ser professor. In: **Revista Nova Escola**, n.136. out. 2000. São Paulo: Editora Abril. P. 17-23.

**Fontes Eletrônicas de Pesquisa**

<http://www.andislexia.org.br>. acesso em: 16 mar. 2011.

<http://pessoal.educacional.com.br/up/4380001/1946284/t202.asp>

[http://www.webartigos.com/articles/4762/1/Inclusao-Direito-De Todos/pagina1.html#ixzz1S7kOeL7b](http://www.webartigos.com/articles/4762/1/Inclusao-Direito-De%20Todos/pagina1.html#ixzz1S7kOeL7b) - acesso em 12/09/2011

<http://www.webartigos.com/articles/5190/1/Inclusao-Escolar/pagina1.html#ixzz1S7jtSM8p> - acesso em 12/07/2011